



**ENTRE O TRAUMA E O CUIDADO: PRÁTICAS EDUCATIVAS,
CORREGULAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO RELACIONAL DE FAMÍLIAS EM
CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

**ENTRE EL TRAUMA Y EL CUIDADO: PRÁCTICAS EDUCATIVAS, COREGULACIÓN
Y TRANSFORMACIÓN RELACIONAL DE FAMILIAS EN CONTEXTOS DE
VULNERABILIDAD SOCIAL**

**BETWEEN TRAUMA AND CARE: EDUCATIONAL PRACTICES, CO-REGULATION,
AND RELATIONAL TRANSFORMATION OF FAMILIES IN CONTEXTS OF SOCIAL
VULNERABILITY**



João Laurentino dos SANTOS¹
e-mail: jlaurentino6@gmail.com

Como referenciar este artigo:

Santos, J. L. (2026). Entre o trauma e o cuidado: práticas educativas, correção e transformação relacional de famílias em contextos de vulnerabilidade social. *Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.*, 27(esp1), e026018. <https://doi.org/10.30715/doxa.v27iesp.1.21483>



Submetido em: 02/05/2026

Revisões requeridas em: 12/05/2026

Aprovado em: 20/07/2026

Publicado em: 10/09/2026

Editor: Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo – São Paulo (SP) – Brasil. Doutor em Psicologia Clínica pelo Núcleo de Família e Comunidade.

RESUMO: Este artigo propõe reinterpretação das práticas parentais em contextos de vulnerabilidade social à luz da teoria do trauma do desenvolvimento, articulando contribuições do Pensamento Sistêmico, da Teoria da Complexidade, do Construcionismo Social, da Neurobiologia Relacional e da Terapia Narrativa. O estudo realiza reinterpretação hermenêutica e retrospectiva de acervo produzido em duas pesquisas com famílias vinculadas à Associação Meninos do Morumbi, em São Paulo, entre 2001 e 2010, na PUC-SP. As pesquisas originais combinaram abordagens qualitativas e quantitativas, incluindo Grupos Reflexivos, Grupos Focais, atendimentos familiares, genogramas e o Inventário de Estilos Parentais. A análise compreendeu práticas parentais violentas e inconsistentes como expressões de sofrimento relacional, desregulação emocional e transmissão intergeracional do trauma, e não apenas como falhas morais ou déficits educacionais. Evidenciou-se o papel dos Grupos Reflexivos na correção, reflexividade e reautoria parental. Conclui-se que essa abordagem amplia a compreensão da parentalidade, deslocando o foco da culpabilização para perspectiva relacional.

PALAVRAS-CHAVE: Trauma do desenvolvimento. Parentalidade. Práticas educativas. Vulnerabilidade social. Grupos reflexivos.

RESUMEN: Este artículo propone una reinterpretación de las prácticas parentales en contextos de vulnerabilidad social a la luz de la teoría del trauma del desarrollo, articulando contribuciones del Pensamiento Sistémico, la Teoría de la Complejidad, el Construccinismo Social, la Neurobiología Relacional y la Terapia Narrativa. El estudio realiza una reinterpretación hermenéutica y retrospectiva de un acervo producido en dos investigaciones previas con familias vinculadas a la Associação Meninos do Morumbi, en São Paulo, Brasil, entre 2001 y 2010, en la Pontificia Universidad Católica de São Paulo (PUC-SP). Las investigaciones originales combinaron enfoques cualitativos y cuantitativos, incluidos Grupos Reflexivos, Grupos Focales, sesiones de atención familiar, genogramas y el Inventario de Estilos Parentales. El análisis comprendió las prácticas parentales violentas e inconsistentes como expresiones de sufrimiento relacional, desregulación emocional y transmisión intergeneracional del trauma, y no únicamente como fallas morales o déficits educativos. Se evidenció el papel de los Grupos Reflexivos en la promoción de la corrección, la reflexividad y la reautoría parental. Se concluye que este enfoque amplía la comprensión de la parentalidad, desplazando el foco de la culpabilización individual hacia una perspectiva relacional.

PALABRAS CLAVE: Trauma del desarrollo. Parentalidad. Prácticas educativas. Vulnerabilidad social. Grupos reflexivos.

ABSTRACT: This article proposes a reinterpretation of parenting practices in contexts of social vulnerability in light of developmental trauma theory, integrating contributions from Systems Thinking, Complexity Theory, Social Constructionism, Relational Neurobiology, and Narrative Therapy. The study conducts a hermeneutic and retrospective reinterpretation of a body of material produced in two previous studies involving families affiliated with the Associação Meninos do Morumbi in São Paulo, Brazil, between 2001 and 2010, at the Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP). The original studies combined qualitative and quantitative approaches, including Reflective Groups, Focus Groups, family counseling sessions, genograms, and the Parenting Styles Inventory. The analysis understood violent and inconsistent parenting practices as expressions of relational distress, emotional dysregulation, and the intergenerational transmission of trauma, rather than merely as moral failings or educational deficits. The findings highlighted the role of Reflective Groups in promoting coregulation, reflexivity, and parental re-authoring. It is concluded that this approach broadens the understanding of parenting by shifting the focus from individual blame toward a relational perspective.

KEYWORDS: Developmental trauma. Parenting. Educational practices. Social vulnerability. Reflective groups.

INTRODUÇÃO

As práticas educativas no contexto das famílias em situação de vulnerabilidade social nos convocam a um exercício de compreensão que ultrapassa leituras normativas e explicações simplificadoras. Ao longo de minha trajetória profissional, em contato direto com pais e mães que enfrentam cotidianamente os desafios de educar seus filhos em condições adversas, tornou-se evidente que a experiência da parentalidade, nesses contextos, não pode ser compreendida fora das condições concretas da vida cotidiana.

A realidade dessas famílias é marcada por múltiplas tensões: precariedade econômica, instabilidade nas relações conjugais, ausência ou fragilidade de redes de apoio e exposição recorrente a situações de violência. Nesse cenário, educar filhos deixa de ser apenas uma função socialmente prescrita e passa a constituir-se como uma experiência complexa, muitas vezes atravessada por sofrimento, imprevistos e resistência. É justamente essa complexidade que demanda referenciais teóricos capazes de compreender os processos relacionais em seus próprios contextos, para além de explicações lineares e reducionistas.

Sob a perspectiva do pensamento sistêmico novo paradigmático (Vasconcellos, 2002) e da complexidade (Morin, 2002), tais experiências não podem ser reduzidas a relações lineares de causa e efeito, mas devem ser compreendidas como fenômenos emergentes de sistemas relacionais dinâmicos, nos quais múltiplos fatores exercem influências, desde os micro e macro contextos 2 históricos, afetivos, sociais e culturais. Aquilo que somos constitui-se em um *self* interconectado, atravessado pelas mídias, pelas relações familiares e comunitárias, pelos meios de comunicação e pelas redes sociais (Gergen, 1991), que se interpenetram e se retroalimentam.

É nesse campo que a articulação com o conceito de trauma se torna particularmente fecundo, permitindo aprofundar a compreensão das práticas educativas não como comportamentos isolados, mas como expressões de histórias e contextos que atravessam as pessoas, podendo se constituir em situações potencialmente traumáticas ao longo do desenvolvimento nas diferentes fases do ciclo vital familiar (Walsh, 2016). Embora a literatura antropológica e sociológica examine com densidade os impactos estruturais dos riscos, privações e vulnerabilidades sobre as famílias, identifica-se uma importante lacuna científica no campo da psicologia do desenvolvimento e da terapia familiar: as investigações que avaliam as dificuldades educativas parentais tendem, historicamente, a oscilar entre dois polos reducionistas. Por um lado, adota-se uma perspectiva patologizante que individualiza a vulnerabilidade; por outro, recorre-se a modelos protocolares, instrucionistas e comportamentais de avaliação (como o Inventário de Estilos Parentais [IEP]) que classificam

comportamentos severos — como a punição inconsistente e o abuso físico — estritamente sob a categoria de ‘déficits de habilidades’ ou ‘escolhas disciplinares inadequadas’.

O limite interpretativo desses modelos tradicionais reside na desconsideração de que tais práticas hostis ou inconsistentes sugerem não ser simples falhas de aprendizagem relacional, mas sim manifestações somáticas e afetivas de sistemas nervosos cronicamente desregulados pelo peso do estresse cumulativo e da transmissão intergeracional de feridas relacionais. A literatura científica contemporânea em cuidado informado pelo trauma (neurobiologia interpessoal) demonstra que a exposição contínua ao desamparo altera o funcionamento neurofisiológico e as estratégias adaptativas de sobrevivência do sujeito. Contudo, há uma escassez de estudos que cruzem dados empíricos de oscilações longitudinais de práticas educativas em contextos vulneráveis com esta perspectiva clínica do trauma relacional e do desenvolvimento.

Justifica-se, portanto, a presente releitura interpretativa e retrospectiva do acervo empírico e longitudinal de duas pesquisas consecutivas (Santos, 2006, 2011), que acompanharam 100 famílias ao longo de 24 meses sob um delineamento de pesquisa-ação. Propõe-se um deslocamento epistemológico essencial: afastar-se da lógica da culpabilização ou do mero ‘treino comportamental’ para reler os dados quantitativos longitudinais (*clusters*) e as vinhetas qualitativas dos Grupos Reflexivos de Pais sob a lente da Teoria do Trauma do Desenvolvimento. Ao propor a compreensão sobre como o sofrimento invisibilizado e as reações automáticas afetam as práticas educativas, este estudo busca oferecer novos caminhos para a compreensão de dispositivos comunitários e clínicos de correção relacional e reautoria parental na esfera da saúde pública e assistência social.

UM OLHAR QUE SE DESLOCA: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A releitura retrospectiva e a ampliação compreensiva

O percurso metodológico que sustenta este artigo não tem origem em uma nova coleta de dados, mas baseia-se em uma sólida investigação empírica e longitudinal construída ao longo de duas pesquisas acadêmicas consecutivas (Santos, 2006, 2011), realizadas com famílias em situação de vulnerabilidade social (IPVS 4). Trata-se, portanto, de uma releitura interpretativa e retrospectiva de um acervo empírico já consolidado. Originalmente, essas investigações não foram operacionalizadas tendo o ‘trauma’ como variável *a priori*. Contudo, o contato contínuo com o material empírico revelou intensidades, repetições e formas de sofrimento nas práticas

educativas que excediam as categorias iniciais. Assim, a aproximação com o campo do trauma não foi uma decisão teórica prévia, mas uma necessidade analítica que emergiu da escuta, tendo como objetivo produzir uma ampliação compreensiva do fenômeno, permitindo que o próprio material convocasse novas perguntas.

Os dispositivos e a lógica epistemológica

Em Santos (2011), adotou-se um delineamento quanti-qualitativo de pesquisa-ação (pesquisa interventiva), balizado pelos referenciais do Pensamento Sistêmico Novo-Paradigmático, da Complexidade e da Fenomenologia. O acompanhamento longitudinal de 100 famílias ao longo de 24 meses utilizou Grupos Reflexivos (como contexto generativo da pesquisa, núcleo de intervenção e sensibilização comunitária) e Grupos Focais (para aprofundamento dialógico dos temas emergentes nos grupos reflexivos). Quantitativamente, aplicou-se o Inventário de Estilos Parentais (IEP) em quatro momentos (marco zero (início), 6, 12 e 24 meses) para aferir a oscilação temporal e possíveis mudanças de práticas educativas como Monitoria Positiva, Comportamento Moral, Punição Inconsistente, Negligência, Disciplina Relaxada, Monitoria Negativa e Abuso Físico.

CrITÉRIOS analÍticos, lÓgica interpretativa e triangulaÇão

A análise do vasto material qualitativo das pesquisas originais pautou-se em uma lógica hermenêutica e fenomenológica, na qual as categorias não foram impostas *a priori*, mas emergiram organicamente por meio de uma análise pragmática e semântica das conversações. Ao decodificar os discursos em busca de seus sentidos subjacentes, o fenômeno educativo foi organizado em grandes eixos: categorias temáticas (conteúdos amplos), subcategorias (significados específicos) e unidades de significado (núcleos narrativos). A articulação final desses achados consolidou-se por meio da triangulação de métodos, cruzando os dados estatísticos do Inventário de Estilos Parentais (IEP) — que evidenciaram flutuações objetivas, como o ‘Efeito Sanfona’, seguidas por diminuições com estabilização ao final de 24 meses — com a riqueza intersubjetiva das narrativas grupais. Essa triangulação operou não apenas como ferramenta de validação, mas para dissolver a dicotomia entre as abordagens quantitativa e qualitativa, iluminando como as oscilações numéricas nas práticas parentais eram um reflexo direto das desregulações emocionais descritas nas falas dos pais.

A partir dessa base empírica consolidada, o segundo movimento interpretativo proposto por este estudo desenvolveu-se em três momentos articulados. Inicialmente, realizou-se a revisitação das narrativas e unidades de significado originárias, com o intuito de rastrear recorrências, tensões e zonas de silêncio relacionadas às experiências de sofrimento. Em seguida, estabeleceu-se um diálogo hermenêutico entre esse material e os referenciais contemporâneos da teoria do trauma do desenvolvimento, da neurobiologia relacional e da terapia narrativa.

Por fim, procedeu-se à construção de novas categorias analíticas voltadas à compreensão da desregulação emocional, da transmissão intergeracional do trauma, dos processos de correção e da reautoria narrativa. Diferentemente das categorias produzidas nas pesquisas originais, essas novas formulações possuem natureza eminentemente interpretativa e não descritiva, funcionando como operadores teóricos para uma compreensão atualizada do fenômeno. As distinções entre as interpretações prévias e aquelas desenvolvidas neste novo escopo estruturam a seção de resultados e discussão.

O estatuto metodológico das vinhetas

Neste processo de releitura hermenêutica, as narrativas transcritas ganham vida sob a forma de vinhetas. Mais do que meros exemplos ilustrativos usados para confirmar hipóteses teóricas, elas assumem o papel de verdadeiros pontos de condensação da experiência humana. A escolha de cada vinheta guiou-se por sua potência clínica em revelar os delicados cruzamentos entre a história de vida de cada sujeito e sua forma de educar. Desse modo, a teoria encontra âncora na vivência concreta, permitindo que essas narrativas representem a complexidade das relações, o esgotamento, a repetição de padrões e, sobretudo, a força e a insistência das tentativas de cuidado em contextos de estresse contínuo.

Diante da vastidão desse acervo quanti-qualitativo, o processo de triagem e extração de dados contou com o apoio de ferramentas de Inteligência Artificial (IA). No entanto, o uso dessa tecnologia limitou-se à estruturação ágil de planilhas e à síntese preliminar dos textos, sem jamais substituir a sensibilidade e a interpretação do pesquisador. Todos os dados foram minuciosamente validados e conferidos de forma manual para assegurar a fidedignidade, a precisão analítica e o rigor ético. Esse cuidado foi inegociável para garantir que as vozes e as subjetividades dos participantes não fossem, em momento algum, achatadas ou reduzidas por um algoritmo. Por fim, todo o esforço analítico concentrou-se em articular profundamente essas

duas dimensões: as práticas educativas e as marcas do trauma do desenvolvimento na experiência cotidiana e familiar de educar os filhos.

Considerações éticas

O cuidado e o rigor ético guiaram cada passo deste trabalho, desde as coletas de dados originais até o presente esforço de releitura, uma postura indispensável ao lidarmos com as histórias de famílias em situação de vulnerabilidade social. Todo o projeto foi devidamente respaldado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (Protocolo nº 281/2009). A participação dessas famílias ocorreu de forma genuinamente voluntária e segura, firmada por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos responsáveis. Para proteger incondicionalmente a identidade e a dignidade de cada participante, o anonimato foi preservado com o máximo rigor, utilizando-se nomes fictícios para desidentificar todas as narrativas e vinhetas. Esse mesmo zelo estendeu-se ao uso da Inteligência Artificial nesta atual etapa: a tecnologia foi operada em um ambiente controlado e estritamente ético, sempre sob atenta supervisão humana, resguardando o sigilo absoluto das experiências e das histórias de vida tão intimamente compartilhadas conosco.

Por fim, com o intuito de tornar sensível e explícito o deslocamento de olhar promovido por esta releitura hermenêutica, elaborou-se o Quadro 1. Essa síntese apresenta de forma clara as principais diferenças entre as categorias analíticas que predominaram nas pesquisas originais e as novas perspectivas que ganharam contorno a partir do diálogo profundo com a teoria do trauma do desenvolvimento.

Quadro 1.

Transição epistemológica das categorias analíticas

Fenômeno/Variável empírica	Interpretação nas pesquisas originais (Santos, 2006, 2011)	Nova interpretação sob a lente do trauma (presente estudo). (Santos, 2011; van der Kolk, 2014)
Abuso Físico e Negligência (IEP) (Gomide, 2006)	Práticas educativas negativas decorrentes de herança cultural transgeracional ou déficits de competências parentais (Santos, 2006, 2011).	Expressões somáticas de desregulação emocional neurobiológica e reações automáticas de sobrevivência (defesa) sob estresse crônico (Schore, 2003; van der Kolk, 2014).
Punição Inconsistente (IEP) (Gomide, 2006)	Inconsistência na aplicação de regras por falta de limites claros, gerando vulnerabilidade educativa (Santos, 2011).	Engrenagem relacional que compromete a construção do apego seguro, mimetizando a

		imprevisibilidade típica dos ambientes de trauma relacional.
‘Efeito Sanfona’ (Oscilação 6-12 meses) (Santos, 2011)	Relaxamento temporário da vigilância parental ou desatenção dos pais devido ao distanciamento dos encontros grupais (Santos, 2011).	Colapso temporário da janela de tolerância dos pais pela desestabilização da rede de segurança e perda do ‘andaime’ de correção do grupo.
A Estabilização aos 24 meses (Santos, 2011)	Aprendizagem, treino e internalização de competências educativas e atitudes de monitoria positiva (Santos, 2011).	Consolidação de uma experiência de segurança internalizada e fortalecimento das capacidades reflexivas de autocontrole (reautoria) (Siegel, 2012; White & Epston, 1990).
Papel do Grupo Reflexivo (Santos, 2011)	Espaço dialógico e pedagógico de sensibilização, troca de experiências e redefinição de papéis de gênero (Santos, 2011).	Dispositivo clínico-comunitário de correção relacional ativa e espaço de testemunho externo para a reautoria identitária (Herman, 1992; White & Epston, 1990).

Nota. Elaborado pelo autor (2026).

Compreendida essa transição epistemológica, importa destacar que as categorias apresentadas no Quadro 1 não representam a substituição das interpretações originais por uma nova leitura considerada mais verdadeira. Elas expressam, antes, o movimento hermenêutico realizado neste estudo, no qual o reencontro com o acervo empírico, à luz de novos referenciais teóricos, possibilitou ampliar o horizonte de compreensão dos fenômenos já observados. Nesse sentido, a releitura não busca corrigir as análises anteriormente produzidas, mas aprofundá-las, evidenciando dimensões que permaneceram latentes no momento em que os dados foram originalmente interpretados.

Não se trata de aplicar uma teoria sobre um material já pronto, mas de permitir que o próprio material convoque novas perguntas. A aproximação com o campo do trauma não foi uma decisão prévia, mas uma necessidade que emergiu da escuta — uma forma de dar nome e densidade a experiências que já estavam presentes, ainda que não explicitadas dessa maneira.

Ao aproximar-se do tema do trauma do desenvolvimento no contexto das práticas educativas na família, o que se torna visível são as marcas da repetição, da desregulação, da intensidade emocional e das dificuldades de sustentação de vínculos em contextos marcados pela instabilidade presentes quando os pais agiam para educar seus filhos.

Nesse novo momento de um processo compreensivo, as vinhetas ganham um lugar central. Elas não são apenas exemplos ilustrativos, mas pontos de condensação da experiência. Ao revisitá-las, não buscamos confirmar hipóteses, mas escutar novamente o que elas têm a dizer, agora a partir de um outro horizonte. O que antes era compreendido como dificuldade ou

limitação, falha ou até falta de capacidade, por exemplo, passa a ser visto também como expressão de histórias atravessadas por profundo sofrimento e luta na busca de superação.

Um material que, ao ser revisitado dessa maneira, nos convoca inevitavelmente a reler essas práticas e oscilações parentais sob novas perspectivas. É esse movimento de abertura que inspira os questionamentos norteadores de nossa análise, destacados a seguir:

- Sobre a desregulação emocional: em vez de categorizar variáveis como ‘Punição Inconsistente’, ‘Negligência’ e ‘Abuso Físico’ (Gomide, 2006) apenas como escolhas inadequadas ou déficits de habilidades parentais, seria possível reler esses comportamentos como expressões diretas de desregulação emocional e respostas automáticas de sobrevivência frente à instabilidade social e relacional?
- Sobre a transmissão intergeracional: as práticas educativas violentas poderiam ser compreendidas não apenas como herança de valores culturais, mas como a transmissão de marcas de traumas relacionais crônicos que limitaram a capacidade de autorregulação desses adultos?
- Sobre a necessidade de correção contínua: como a teoria do trauma explicaria o ‘efeito sanfona’ (recaídas nas práticas parentais entre 6 e 12 meses), e estaria essa oscilação relacionada a uma desestabilização da rede de segurança do sistema nervoso dos pais devido à diminuição na frequência dos grupos?
- Sobre o grupo como dispositivo clínico Antitrauma: poderiam os Grupos Reflexivos transcender o *status* de espaços dialógicos para serem considerados verdadeiros ‘ambientes de cuidado relacional’, capazes de atuar na regulação emocional dos pais e suprir a escuta e a sintonia que lhes faltou na infância?

O primeiro deles diz respeito à *desregulação emocional*. Longe de ser compreendida como um ‘mau comportamento’ ou um transtorno de conduta intencional, ela pede um olhar mais empático: trata-se de uma dificuldade, muitas vezes em nível neurobiológico, de modular, tolerar e se recuperar de estados afetivos extremos — como o medo e a raiva — diante do estresse. Nesses momentos de angústia, a pessoa passa a agir movida por respostas instintivas e automáticas de sobrevivência, seja lutando, fugindo ou paralisando (Perry & Szalavitz, 2006; Schore, 2003; van der Kolk, 2014).

Como nos lembra Bessel van der Kolk (2014), as feridas do trauma comprometem a capacidade do sistema nervoso de voltar ao seu eixo de equilíbrio após uma ameaça, mantendo

o organismo preso em um exaustivo estado de prontidão defensiva. Allan Schore (2003) complementa essa visão ao destacar que a nossa capacidade de regulação emocional é construída no colo, por meio dos circuitos neurobiológicos tecidos nos laços de apego e no afeto dos primeiros anos de vida. Dialogando com essa perspectiva, Michael White (2019) nos convida a enxergar as crianças submetidas a essas dores não como meros receptáculos passivos do sofrimento, mas como sujeitos incrivelmente ativos, que criam conhecimentos e estratégias próprias para sobreviver. Para ele, o trauma nunca resume a totalidade de quem essas pessoas são; existem sempre histórias de resistência, preservação e busca por segurança que, infelizmente, acabam abafadas por narrativas focadas apenas no problema.

O segundo conceito que guia nosso olhar é a *transmissão intergeracional do trauma*. Essa ideia amplia a noção de herança familiar, levando-a para o campo neurobiológico e relacional, para nos ajudar a entender como dores não curadas e dificuldades emocionais de uma geração são passadas adiante, moldando o ambiente das próximas (Bowen, 1978; Fraiberg et al., 1975; Schore, 2003; van der Kolk, 2014). Murray Bowen (1978) já observava como certos padrões emocionais viajam no tempo, especialmente em famílias marcadas por uma intensa reatividade. É o que Selma Fraiberg et al. (1975) descreveram, de forma profunda e poética, como os “fantasmas no quarto do bebê”: as experiências traumáticas não elaboradas pelos pais que insistem em assombrar o momento sagrado da interação com seus próprios filhos. Autores como Schore (2003) e van der Kolk (2014) evidenciam que esse legado doloroso transita pelas vias invisíveis da neurobiologia e das relações, impactando diretamente os vínculos de apego, a capacidade de se acalmar no amparo do outro (correção) e o desenvolvimento da própria paz interior.

Em contraposição a essas feridas, o terceiro conceito é a correção, entendida como um processo relacional no qual um ambiente ou uma pessoa segura atua como um ‘andaime’ emocional, ajudando a acalmar e a regular o sistema nervoso desestabilizado do outro (Schore, 2003; Siegel, 2012; Porges, 2011). Para Daniel J. Siegel (2012), a regulação emocional se desenvolve inicialmente em contextos relacionais seguros, nos quais a presença empática e previsível do cuidador auxilia o indivíduo a organizar seus estados internos. De modo semelhante, Allan Schore (2003) afirma que a correção constitui a base do desenvolvimento da autorregulação, especialmente nas relações de apego precoce.

Já Stephen Porges (2011), a partir da Teoria Polivagal, explica que sinais de segurança emitidos na relação interpessoal são capazes de modular estados defensivos do sistema nervoso autônomo, favorecendo calma, conexão social e sensação de segurança.

O quarto conceito é o de dispositivo clínico Antitrauma, que eleva intervenções sociais (como os Grupos Reflexivos) ao *status* de ambientes terapêuticos de ‘cura’ relacional, cujo objetivo central é fornecer a escuta, a aceitação e a previsibilidade que faltaram na formação inicial desses pais, permitindo que a correção aconteça (Herman, 1992; Schore, 2003; van der Kolk, 2014; Winnicott, 1965). Segundo Judith Herman (1992), processos de recuperação do trauma dependem da construção de contextos seguros e relacionais capazes de restaurar vínculos de confiança e pertencimento. Na mesma direção, Donald Winnicott (1965) descreve a importância do “ambiente suficientemente bom” como condição para o amadurecimento emocional e a integração psíquica. Já Allan Schore (2003) e Bessel van der Kolk (2014) ressaltam que experiências relacionais seguras e previsíveis podem reorganizar padrões defensivos do sistema nervoso, favorecendo processos de regulação emocional, integração e reparação do trauma relacional.

O quinto e último alinhamento conceitual refere-se à ressignificação das práticas educativas negativas. Historicamente, o Inventário de Estilos Parentais (IEP) categorizou variáveis como ‘Punição Inconsistente’, ‘Negligência’ e ‘Abuso Físico’ para mensurar o desenvolvimento ou a inibição de comportamentos antissociais (Gomide, 2006). No entanto, sob a lente do trauma do desenvolvimento, propõe-se que esses comportamentos não sejam lidos apenas como escolhas modos inadequados de se relacionar com os filhos, falhas morais ou déficits de habilidades parentais.

Apoiando-se em autores como Gabor Maté e Daniel Maté (2023), sugere-se reler essas práticas como expressões diretas de desregulação emocional e respostas automáticas de sobrevivência frente à instabilidade social e relacional crônica. O uso da agressão e da inconsistência deixa de ser entendido como um ato deliberado para causar dano, revelando-se como respostas instintivas aprendidas e incorporadas ao longo de trajetórias marcadas por experiências traumáticas vivenciadas pelos próprios adultos em suas infâncias (Santos, 2006; 2011; Maté & Maté, 2023).

Segundo Maté e Maté (2023), comportamentos defensivos persistentes frequentemente representam adaptações de sobrevivência desenvolvidas em contextos precoces de dor emocional, negligência ou insegurança relacional, sendo posteriormente automatizados pelo sistema nervoso. Estudos recentes têm demonstrado que experiências de violência parental produzem impactos duradouros na organização emocional, nos vínculos afetivos e na construção identitária dos indivíduos ao longo do desenvolvimento (Ferreira & Santos, 2025).

PRÁTICAS EDUCATIVAS EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL: DA NORMATIVIDADE À COMPLEXIDADE

A Lente do Construcionismo Social nos convida para uma reflexão sobre como construímos nossa realidade, a noção de mundo e o conhecimento. Assim, a partir da releitura que nos propomos, somos inspirados em nosso olhar para o fenômeno do trauma do desenvolvimento não a partir do Déficit Individual, mas sim como uma construção no Campo Relacional.

Assim, nossa compreensão das práticas educativas em contextos de vulnerabilidade social exige um deslocamento epistemológico que recuse explicações baseadas exclusivamente em déficits individuais ou falhas morais. Nesse sentido, o Construcionismo Social oferece um valioso referencial teórico ao fundamentar-se na crítica ao individualismo e propor uma perspectiva estritamente relacional (Gergen, 1991; Rasera & Guanaes-Lorenzi, 2010). Como argumenta Kenneth Gergen (1991), o sujeito não pode ser compreendido como uma entidade isolada e autocontida, mas como resultado de processos relacionais e discursivos historicamente construídos. Na mesma direção, Emerson Fernando Rasera e Carla Guanaes-Lorenzi (2010) destacam que os significados produzidos nas relações sociais moldam as formas pelas quais as pessoas compreendem a si mesmas, seus sofrimentos e suas práticas cotidianas.

Tradicionalmente, grande parte da produção psicológica organizou-se a partir da busca pelo que se passa ‘dentro’ da pessoa, produzindo a ilusão de um sujeito ‘essencial’, autônomo, autocontido e dono absoluto de suas razões e emoções. Contudo, ao transpor essa visão individualista para as famílias em situação de vida marcada por vulnerabilidade social, corre-se o risco de patologizar comportamentos que, na verdade, são efeitos de um campo relacional tensionado pelas demandas urgentes e estressantes de sobrevivência no cotidiano.

A perspectiva construcionista propõe, portanto, uma mudança de direção: em vez de perguntar apenas o que há de errado ‘dentro’ desses pais, passa-se a questionar de quais conversações eles participaram ao longo de suas histórias de vidas e das quais participam atualmente e quais efeitos essas interações (e os macro contextos sociais) produzem em suas vidas. Quando pais e mães relatam dificuldades na imposição de limites ao exercerem autoridade parental ou protagonizam episódios de desregulação pelas práticas violentas que utilizam, tais práticas não emergem como escolhas livres de um ‘eu’ estável, mas como expressões de um eu situado, fragmentado e atravessado por múltiplas tensões sociais, históricas e comunitárias.

Compreende-se, assim, que não existe o nível ‘micro’ (a relação familiar íntima em si) sem a presença do ‘macro’ (o contexto sociopolítico e as vulnerabilidades do entorno) que influenciam a visão de mundo e o modo de viver em termos das práticas de si nas famílias. Desta forma, compreender o fenômeno das práticas educativas e do trauma do desenvolvimento passa por considerar a complexidade que forma uma trama, da qual fazem parte múltiplas dimensões — aquelas relacionadas a questões oriundas das diferenças de classe social, diferenças raciais e de gênero, que envolve as dimensões LGBTQIAPN+.

É exatamente nessa intersecção que os discursos normativos ganham força. O Construcionismo Social destaca que a dimensão histórica e cultural do vocabulário utilizado para descrever o mundo produz realidades e possibilidades de reconhecimento de si. No campo da educação familiar, observa-se a forte influência de um discurso normativo hegemônico sobre o que seria uma ‘família adequada’, ‘uma boa educação’ e ‘filhos bem-educados’, ancorado no modelo nuclear tradicional das classes dominantes. Quando as famílias não conseguem corresponder a esse ideal inatingível para a sua realidade material e social, emergem na maioria dos pais profundos sentimentos de inadequação, culpa e fracasso. O construcionismo nos convida a uma postura reflexiva permanente diante daquilo que tomamos como evidente, questionando: quem ganha e quem perde com essa forma normativa de descrever o mundo, as famílias, a educação, o trauma e a parentalidade? A quem interessa esta maneira de enxergar os pais exercendo suas tarefas educativas em tais contextos e seus resultados e explicações?

Ao articularmos essa visão com a teoria do trauma do desenvolvimento, a linguagem e as dinâmicas de comunicação (verbais e não verbais) assumem um papel central. O trauma contínuo não é apenas um evento localizado na psique individual, mas um processo mantido em redes de relações marcadas pela imprevisibilidade e fragilidade dos vínculos. Sob essa ótica, as práticas educativas violentas deixam de ser lidas apenas como ‘incompetência parental’ e revelam-se como a atualização de discursos e de padrões relacionais voltados à sobrevivência frente ao estresse e ao desamparo crônico.

A RELEITURA E RESSIGNIFICAÇÃO DOS DADOS QUANTITATIVOS (CLUSTERS)

A teoria do trauma ressignifica os dados quantitativos e os *clusters* avaliados pelo Inventário de Estilos Parentais (IEP) ao deslocar a compreensão de ‘falha educativa’ ou ‘déficit de habilidades’ para a percepção da violência como um processo de desregulação emocional e relacional profundo.

O *Cluster 3*, identificado em Santos (2011) a partir do Inventário de Estilos Parentais (IEP) como o perfil ‘muito vulnerável’, é fortemente caracterizado pelo uso elevado de ‘Punição Inconsistente’ e ‘Abuso Físico’. Sob a lente da teoria do trauma, os comportamentos mapeados neste *cluster* exemplificam o trauma intergeracional ao revelar que essas práticas não são simples falhas nas relações educativas parentais, déficits de habilidades ou heranças culturais passivas, mas sim a manifestação direta de feridas neurobiológicas e relacionais profundas transferidas de uma geração para a outra.

O *Cluster 3* exemplifica essa transmissão por meio de dois pilares centrais:

1. O abuso físico como herança da desregulação emocional: as altas médias de violência presentes no *Cluster 3* são ressignificadas pela teoria do trauma não como atos deliberados para causar dano à criança, mas como respostas de sobrevivência aprendidas e incorporadas ao longo de trajetórias marcadas por experiências traumáticas vividas pelos próprios pais em suas infâncias. A alta incidência de agressão indica severas limitações no repertório relacional e regulatório desses adultos. Eles reproduzem o ‘modelo duro’ ou ‘perverso’ de forma instintiva porque não lhes foram dadas oportunidades anteriores em seus desenvolvimentos para se autorregular e reprocessarem os traumas intergeracionais que sofreram;
2. A punição inconsistente como engrenagem do trauma do desenvolvimento: a inconsistência exacerbada no *Cluster 3* deixa de ser lida apenas como ‘disciplina mal aplicada’ e passa a ser compreendida como a própria base que gera e perpetua o trauma. Ao oscilarem de forma imprevisível devido ao seu próprio estresse e desregulação, os pais falham em oferecer uma rede de cuidado responsiva, comprometendo a construção do apego e a experiência de segurança na criança. É essa mesma imprevisibilidade contínua que formará o trauma do desenvolvimento da nova geração.

Dessa forma, os dados referentes ao *Cluster 3* (grupo de alta vulnerabilidade) revelam, com profunda sensibilidade, as engrenagens do trauma intergeracional. Tanto nos números quanto nas narrativas, percebe-se que o que esses pais transmitem sob o rótulo de ‘repetição de modelos’ vai muito além de uma simples reprodução de valores educativos equivocados. Trata-se, na verdade, do eco de marcas vivas deixadas por traumas relacionais crônicos. Ao longo de suas histórias, essas feridas podem ter limitado a capacidade de autorregulação desses adultos,

fazendo com que, diante do estresse e da sensação de desamparo, a violência irrompa não como uma escolha consciente, mas como uma dolorosa resposta automática de sobrevivência.

É justamente nesse cenário de fragilidade extrema que a alta incidência da ‘Punição Inconsistente’ ganha contornos mais nítidos. Essa inconstância nas reações parentais podem instaurar uma atmosfera de imprevisibilidade relacional, atuando como a própria engrenagem dos quadros de desenvolvimento adverso. Tal compreensão encontra forte respaldo no estudo brasileiro conduzido por Borges (2014) sobre a prevalência dos critérios para o Transtorno Traumático do Desenvolvimento (TTD). A pesquisa evidenciou que crianças e adolescentes submetidos a cenários de risco intrafamiliar crônico — como abuso físico e negligência por parte de seus principais cuidadores — apresentam chances significativamente maiores de desenvolver o espectro completo de desregulação somatoafetiva e cognitiva que caracteriza o TTD.

Borges (2014) nos demonstra, portanto, que a imprevisibilidade no vínculo opera como o principal fator de risco etiológico nesses contextos urbanos. À luz dessa lente mais empática e científica, compreendemos que as oscilações emocionais e as práticas educativas severas captadas no *Cluster 3* pelo Inventário de Estilos Parentais (IEP) não são meras estatísticas. Elas despontam como marcadores fidedignos e palpáveis de um ambiente biopsicossocial potencialmente traumático, um ciclo de dor que clama por acolhimento e por intervenções que ajudem a quebrar essas invisíveis correntes de repetição.

O ‘EFEITO SANFONA’ E AS RECAÍDAS COMO REFLEXO DO ESTRESSE CRÔNICO

Ao analisar o percurso longitudinal das famílias do *Cluster 2* — caracterizadas por uma vulnerabilidade intermediária —, os dados do Teste de Friedman revelaram um movimento curioso e profundamente humano: após uma evolução bastante positiva nos primeiros seis meses, ocorreu uma oscilação aos doze meses, marcada pelo reaparecimento de práticas negativas, como a punição inconsistente e a disciplina relaxada, aliadas a uma queda na monitoria positiva. Na leitura original da pesquisa, essa flutuação foi atribuída à diminuição na frequência das reuniões grupais, que teria provocado uma espécie de ‘desconexão’ na atenção dos pais.

Contudo, sob a ótica da teoria do trauma, esse oscilar — que chamamos aqui de ‘efeito sanfona’ — ganha uma compreensão muito mais sensível e empática. Educar em territórios de vulnerabilidade social significa exercer a parentalidade sob estresse crônico e constante

imprevisibilidade, atravessada pelo desemprego, pelas violências e pela escassez de redes de apoio e acesso a bens recursos. Nossa compreensão é que quando os encontros do Grupo Reflexivo se tornaram menos frequentes, esses cuidadores podem ter sentido desestabilizado o seu ‘andaime emocional’, ou seja, a rede externa que lhes oferecia sustentação e correção. Sem essa estrutura para absorver o impacto das tensões diárias, a instabilidade do cotidiano ultrapassou a janela de tolerância neurobiológica dos pais. Diante do esgotamento, eles podem ter perdido temporariamente o equilíbrio que vinham construindo e resvalaram, de modo instintivo e defensivo, para velhos mecanismos de sobrevivência — como o grito, a força física ou a imprevisibilidade nas regras.

Entretanto, o olhar prolongado sobre esse percurso nos mostra que esse tropeço não significou um retrocesso definitivo, mas parte de um processo de maturação relacional. Ao alcançar os 24 meses de acompanhamento, a análise fatorial dos dados revelou uma estabilização profunda e duradoura do sistema familiar. Nesse estágio final, as práticas de cuidado afetuoso e pautadas no respeito, como a monitoria positiva e o comportamento moral, consolidaram-se como um eixo estruturante, superando de forma definitiva as dinâmicas de abuso e negligência. Essa conquista a longo prazo demonstra que a experiência no grupo atuou como um dispositivo de correção que, gradativamente, foi absorvido e internalizado pelos pais, permitindo que as atitudes positivas deixassem de ser meras tentativas pontuais e se transformassem em verdadeiros princípios balizadores de suas vidas em família.

Lida pela perspectiva do trauma do desenvolvimento — que se constitui historicamente por meio de vínculos ausentes, imprevisíveis ou violentos —, essa evolução estatística sugere que o Grupo Reflexivo pode ser compreendido como um importante dispositivo clínico de regulação relacional e correção. Ao oferecerem um ambiente estável de escuta atenta, aberta e generosa, sem julgamento com reconhecimento e previsibilidade (os antídotos exatos para o trauma relacional), os encontros funcionaram como uma experiência relacional que possibilitou a construção ou a recuperação da segurança. A consolidação aos 24 meses evidencia que o grupo deixou de ser apenas um apoio externo e tornou-se uma experiência de segurança internalizada. Os pais deixaram de usar a violência não por terem aprendido uma ‘técnica educativa’, mas porque o convívio contínuo e a correção grupal fortaleceram suas capacidades psíquicas e neurológicas, permitindo que substituíssem a reatividade instintiva pelo autocontrole e a reflexividade, quebrando, assim, o ciclo vicioso da repetição traumática intergeracional. Essa compreensão aproxima-se das contribuições de Michael White (2012), ao destacar que experiências traumáticas somente podem ser elaboradas em contextos que

ofereçam segurança psicológica e emocional suficientes para impedir processos de retraumatização. Segundo o autor, ambientes relacionais seguros favorecem o desenvolvimento de narrativas alternativas e possibilitam que sujeitos traumatizados reconheçam habilidades, valores, vínculos e formas de resistência que permanecem obscurecidos pelas experiências de sofrimento.

O GRUPO REFLEXIVO COMO DISPOSITIVO CLÍNICO ANTITRAUMA E ESPAÇO DE REAUTORIA PARENTAL

Originalmente, os Grupos Reflexivos e Focais foram desenhados como espaços metodológicos e dialógicos de coconstrução. No entanto, sob a perspectiva de que o trauma do desenvolvimento se constitui de forma relacional, a sua transformação também precisa, obrigatoriamente, ocorrer em contextos relacionais. Acreditamos que o grupo pôde atuar na regulação emocional dos pais funcionando como um poderoso dispositivo clínico e comunitário de transformação, operando por meio da integração entre a correção neurobiológica, a epistemologia do Construcionismo Social da construção do self relacional e os processos de Reautoria propostos pela Terapia Narrativa (White & Epston, 1990).

Antes de adentrarmos a dinâmica operacional e prática do grupo, faz-se necessário delinear quatro premissas teóricas da Terapia Narrativa que sustentam as intervenções neste contexto:

- A externalização do problema: prática discursiva ancorada na premissa de que ‘a pessoa não é o problema; o problema é o problema’. Envolve investigar a dificuldade (como a violência, a desregulação emocional ou a ansiedade) como uma entidade separada da identidade do indivíduo, diminuindo drasticamente os sentimentos de culpa, fracasso e isolamento. Ao fazê-lo, a pessoa experimenta um deslocamento em relação à narrativa dominante do problema, podendo reconhecer que sua identidade não se reduz às respostas que desenvolveu diante de experiências de sofrimento e adversidade. Esse deslocamento favorece o reconhecimento de habilidades, valores e formas de resistência até então obscurecidos pela experiência traumática, ampliando o senso de agência e abrindo possibilidades para a construção de narrativas alternativas sobre si mesma e sobre suas relações;
- Momentos extraordinários: também conhecidos como ‘desfechos únicos’, referem-se a qualquer evento, ação, pensamento ou intenção que contradiga a história problemática dominante. São lampejos de ação em que a pessoa resistiu à opressão do problema,

evidenciando a contradição presente no seu discurso dominante, na identidade saturada pelo 'problema'. A partir de uma escuta atenta e sensível, o terapeuta ou coordenador do grupo procura identificar, ampliar e colocar em relação esses acontecimentos, explorando os significados, valores, habilidades e intenções que neles se expressam. O que se espera da intervenção não é apenas reconhecer uma exceção ao problema, mas favorecer a construção de conexões entre esses acontecimentos e outras experiências da vida, de modo que possam ganhar força e significado e contribuir para o desenvolvimento de narrativas alternativas sobre si, sobre suas relações e sobre suas possibilidades de ação;

- Reautoria: é o processo dialógico e colaborativo de cocriação de linhas alternativas de identidade. A reautoria ocorre quando os *momentos extraordinários* (anteriormente isolados) passam a ser vinculados através do tempo, organizados em uma nova sequência e dotados de um novo significado ancorado nas esperanças, propósitos e nos valores dos pais na família;
- Testemunha externa: como os problemas traumáticos frequentemente silenciam as pessoas, a consolidação de uma nova história de identidade exige a reconexão relacional com uma audiência (que pode ser o próprio grupo) convidada a ouvir, validar e autenticar a nova narrativa. O compartilhar, por meio da troca de experiências, possibilita a construção de um espaço de testemunho no qual cada participante pode reconhecer sua experiência na narrativa do outro e, ao mesmo tempo, ser reconhecido em sua própria trajetória. Nesse processo, a dor pode ganhar novos significados, não pela comparação ou hierarquização dos sofrimentos, mas pela possibilidade de perceber diferentes formas de enfrentar a adversidade, resistir às experiências traumáticas e reconstruir caminhos de cuidado e relação. Ao testemunhar a resistência e as possibilidades de transformação presentes na experiência do outro, a pessoa pode ampliar seu próprio senso de possibilidade e fortalecer a esperança de que novas formas de relação consigo mesma, com os filhos e com os outros também possam ser construídas. Sob essa lente, o grupo atua como um espaço que desestabiliza as histórias dominantes saturadas de sofrimento, culpa e fracasso, permitindo a construção de novas identidades parentais por meio de quatro mecanismos centrais, comentados a seguir.

Processos colaborativos e a desconstrução da culpa

Esse processo de transformação e internalização do cuidado ocorre, fundamentalmente, por meio de três movimentos interligados. O primeiro deles diz respeito aos processos

colaborativos e à desconstrução da culpa por meio da correção. Ao ingressarem no grupo, essas famílias encontram o que, muitas vezes, lhes foi dolorosamente negado em suas próprias histórias: um ambiente previsível, de escuta atenta, aberta e livre de julgamentos. Essa presença constante e acolhedora funciona como um verdadeiro ‘andaime emocional’, ajudando a absorver o estresse crônico e fortalecendo a capacidade neurobiológica dos pais de se acalmarem diante das adversidades. Sob a lente do Construcionismo Social, ocorre um deslocamento do peso individual para o campo relacional. Ao compartilharem suas dores, os cuidadores desconstróem o sentimento de inadequação imposto pelos discursos normativos. É o que ilustra, com profundo alívio, a participante Sueli (GF2): *“Ah, eu achei que só eu tivesse problema. Eu sempre pensei: isso só acontece comigo, tudo é comigo... Mas eu tô vendo que... Todo mundo tem problema né? ... Ah, eu fico mais aliviada...”*.

A partir desse alívio compartilhado, abre-se espaço para um segundo movimento essencial: a externalização do problema e a adoção de uma pausa fisiológica. A opressão gerada pela vulnerabilidade extrema faz com que, não raro, os pais assumam conclusões de identidade profundamente problemáticas e depreciativas sobre si mesmos. No entanto, a externalização permite que eles compreendam o comportamento agressivo não como a essência de quem são, nem como maldade ou falta de amor pelos filhos, mas como uma resposta automática de sobrevivência diante do esgotamento. A dinâmica relacional do grupo cria um distanciamento saudável, ensinando-os a dar um passo atrás e respirar antes de agir. A fala de Eliana (GR1) evidencia essa conquista, ao relatar como aprendeu a frear o impulso no calor das emoções:

Hoje eu tento, eu vou respirar e falo: 'sobe pro teu quarto que eu vou respirar', porque se eu pegar ele naquele momento, eu acabo machucando ele ... Se eu estou na cozinha, e ele apronta na sala, eu falo: “eu vou respirar pra não te bater” porque tudo meu agora é bater, bater, bater!!!

Por fim, esse respiro ganha forma e sentido no terceiro movimento: o poder do diálogo e a busca atenta por ‘momentos extraordinários’. Na perspectiva construcionista, a linguagem não serve apenas para descrever o mundo, mas para construí-lo. O grupo atua, portanto, como um espaço de investigação cuidadosa desses pequenos eventos cotidianos que desafiam e contrariam a história dominante de descontrole. Em vez de reagirem de maneira cega e instintiva, os pais aprendem a utilizar o diálogo para gerar novos significados, usando esses

desfechos únicos como catalisadores de uma mudança real. A fala de Claudete (GR3) materializa de forma poética como essa reflexividade freia o ciclo de repetição do trauma:

... se recebemos uma educação traumática podemos fazer a transformação na hora de educar os filhos, é como se eu decantasse o que ficou do trauma, o que ficou de ruim e passasse a tirar algo de bom daquilo! Isso foi a principal mudança. De que forma? Refletindo assim: se estou nervosa, com a cabeça em outro lugar, eu vou bater? Eu vou bater por quê? ... Isso vai educar? Então começo a ponderar melhor!

A testemunha externa e a reautoria da identidade preferida

O quarto e mais profundo passo se dá quando o impacto dessa regulação relacional alcança o ‘cenário de identidade’ dos pais. A Terapia Narrativa afasta o foco das ‘carências internas’ para explorar as afirmações intencionais da pessoa — seus valores, esperanças, propósitos e compromissos. O grupo passa a atuar como uma ‘testemunha externa’, validando as novas histórias de vida, desejos e intenções dos pais quanto ao que desejam no exercício da tarefa parental na educação de seus filhos na família. Assim, o dispositivo grupal deixa de ser apenas uma rede de apoio externo e se torna uma experiência de segurança internalizada, uma voz estabilizadora que acompanha os pais no dia a dia. Ao reescrever sua história, o sujeito abandona as conclusões identitárias negativas e realiza a reautoria de sua identidade, quebrando a transmissão intergeracional do trauma.

O ápice dessa reautoria é narrado por Expedita (GF3), outrora vítima de graves abusos na infância e reprodutora de violências severas, que relata como a nova narrativa preferida de cuidado foi autenticada pelo próprio filho:

Hoje, quando o meu filho sai pra escola ... ele me abraça e me beija, antes de sair e diz: “essa é a mãe que eu pedi a Deus” e vai embora! ... O outro meu filho fala: “mãe, eu preciso conversar com a Senhora” ... então quando todo mundo sai e ficamos só nós dois, ele começa a contar as coisas (antigamente não era assim). Então eu penso: “obrigada Senhor!” ... Graças a Deus, estou começando a ser uma boa mãe!

Ao discutir trauma e identidade, Michael White (2012) chama atenção para o risco de discursos excessivamente centrados na vitimização, os quais podem reforçar sentimentos de fragilidade, desamparo e desorganização identitária. Em contraposição, o autor propõe práticas relacionais que favoreçam o fortalecimento do senso de agência, permitindo que sujeitos

traumatizados sejam reconhecidos também por suas capacidades de enfrentamento, resistência e reconstrução de sentido.

A potência clínica dos Grupos Reflexivos — capaz de desconstruir a culpa e frear o ciclo de violência — encontra forte respaldo na ciência internacional contemporânea sobre o cuidado informado pelo trauma. Uma ampla meta-análise (Liu et al., 2024) comprovou que treinar os pais apenas com técnicas rígidas de disciplina e controle gera um impacto ínfimo em sua saúde mental ($d = 0,04$). Em contrapartida, intervenções focadas na regulação afetiva e na conexão relacional alcançam resultados muito superiores ($d = 0,31$). É exatamente essa a alma do dispositivo grupal: ao abandonar os ‘manuais’ prescritivos e apostar na construção colaborativa de novas narrativas, o estresse e a reatividade parental diminuem.

Essa transformação relacional alicerça-se no que o modelo *Trust-Based Relational Intervention* (TBRI) define como segurança sentida ou *felt-safety* (Hunsley et al., 2025; Purvis et al., 2013). Unindo neurociência, teoria do apego e desenvolvimento infantil, essa abordagem prova que um vínculo seguro e corregulado estabiliza o sistema nervoso. Na prática, essa estabilização afeta diretamente a criança, chegando a reduzir comportamentos disruptivos e agressões verbais em até 88% em ambientes escolares. É essa mesma segurança afetiva, outrora ausente, que vemos florescer de forma comovente no relato de Expedita (GF3). Ao romper com a severidade herdada, ela alcança uma reautoria identitária validada de forma tocante pelo próprio filho: “*essa é a mãe que pedi a Deus*”.

Existe, portanto, uma profunda sinergia prática e teórica entre essas abordagens. Enquanto o TBRI nasceu como um modelo clínico voltado para a díade cuidador-criança, o Grupo Reflexivo atua como o ‘andaime’ comunitário que permite a essas famílias vulneráveis internalizarem e aplicarem tais princípios no calor do seu cotidiano.

Princípios de Conexão (Connecting Principles) e a Intersubjetividade

Os Princípios de Conexão do TBRI focam no desenvolvimento de apegos seguros por meio de estratégias de engajamento (sintonização vocal, escuta, presença empática) e estratégias de consciência (*mindfulness*) do cuidador sobre seu próprio histórico relacional). Assim, podemos destacar:

- O grupo como espaço de segurança sentida (*felt-safety*): o TBRI postula que o cérebro traumatizado só aprende e se reorganiza quando experimenta segurança física e psicológica. O Grupo Reflexivo atua fornecendo exatamente esse ‘andaime emocional’

previsível e acolhedor. Ao compartilhar dores sem o peso do julgamento, como relata a participante Sueli (*“achei que só eu tivesse problema... Fico mais aliviada”*), os pais reduzem a reatividade do sistema nervoso central, saindo do modo de sobrevivência defensiva;

- Consciência e a revisitação intergeracional: A estratégia de *mindfulness* do TBRI exige que o cuidador tome consciência de sua própria história de apego e de seus gatilhos. No Grupo Reflexivo, isso ocorre de forma potente no processo de reautoria identitária. Ao revisitarem suas infâncias dolorosas, os pais conseguem, pela primeira vez, ‘decantar o trauma’. Como afirma poeticamente a participante Claudete: *“...se recebemos uma educação traumática podemos fazer a transformação na hora de educar os filhos, é como se eu decantasse o que ficou de ruim e passasse a tirar algo de bom daquilo!”*.

Princípios de Empoderamento (Empowering Principles) e a Regulação Somática

No TBRI, os Princípios de Empoderamento cuidam das necessidades físicas e ambientais da criança, promovendo regulação física e preparando o sistema somático para lidar com o estresse. No Grupo Reflexivo, esse empoderamento é transposto para o próprio sistema autônomo dos pais.

- A pausa fisiológica como autorregulação somática: pais traumatizados operam sob constante estresse crônico, o que gera respostas automáticas e reativas de sobrevivência (agressão). A dinâmica dos Grupos Reflexivos instrumentaliza os pais a reconhecerem esses estados de desregulação somática e a aplicarem a Pausa Fisiológica. A participante Eliana descreve perfeitamente essa estratégia de empoderamento e regulação de seu próprio corpo: *“...hoje eu tento, eu vou respirar e falo: ‘sobe pro teu quarto que eu vou respirar’ porque se eu pegar ele naquele momento, eu acabo machucando ele...”*;
- Previsibilidade e o ‘efeito sanfona’: o TBRI enfatiza as necessidades ecológicas (rotina e transições previsíveis) para manter o sistema nervoso regulado. A análise do ‘efeito sanfona’ nos dados quantitativos confirma essa premissa: quando a frequência das reuniões do Grupo Reflexivo diminuiu (ruptura na rede de correção), os pais perderam temporariamente esse suporte externo de modulação, indicando que a estabilização somatorrelacional de longo prazo exige a manutenção contínua de ambientes seguros.

Princípios de Correção (Correcting Principles) e a Reautoria

Os Princípios de Correção no TBRI focam em desarmar comportamentos baseados no medo por meio de estratégias responsivas não punitivas, ensinando competências sociais durante momentos de calma.

- Desarmando a resposta de medo: o TBRI orienta o cuidador a focar na necessidade por trás do comportamento da criança, e não apenas no comportamento disruptivo em si. No Grupo Reflexivo, isso ocorre quando as práticas hostis originais (como o abuso físico e a punição inconsistente) são ressignificadas. Os pais passam a compreender que a reatividade da criança e suas próprias agressões são expressões de desregulação somatoafetiva, e não ‘falhas morais’ ou ‘incompetência’;
- Momentos extraordinários como aprendizado proativo: o grupo atua mapeando e celebrando os ‘momentos extraordinários’ (desfechos únicos em que o pai substituiu a agressão pelo diálogo em momentos de calma). Essa prática mimetiza as estratégias proativas do TBRI. Ela adensa e fortalece a narrativa de competência dos cuidadores, permitindo a reautoria de sua identidade parental;
- O grupo como testemunha externa e o *IDEAL Response*®: o TBRI propõe respostas imediatas, diretas e focadas em restaurar a conexão (mecanismos do *IDEAL Response*®). Quando os pais trazem seus novos desfechos de cuidado para o grupo, o espaço atua como a Testemunha Externa. A audiência grupal valida, autentica e ‘segura a esperança’ dessas novas trajetórias não violentas de educação. O ápice desse ciclo de transformação e conexão é ilustrado por Expedita, que relata com orgulho o testemunho do próprio filho: “Hoje... ele me abraça e me beija... e diz: ‘essa é a mãe que eu pedi a Deus’...”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação entre as práticas educativas e o trauma do desenvolvimento convida a um deslocamento profundo na forma como olhamos para as famílias em situação de risco e vulnerabilidades pessoais e sociais, de uma lógica punitiva e culpabilizante para abraçar uma perspectiva sistêmica e relacional. Sob essa ótica, atitudes parentais severas, negligentes ou inconsistentes deixam de ser rotuladas como meros déficits disciplinares ou falhas morais. Elas

revelam-se como respostas instintivas de sobrevivência, expressões corporais de cuidadores exaustos que tentam se regular diante de um estresse crônico e de um sofrimento cumulativo. É essencial reconhecer, contudo, que essa dor não nasce no vácuo; ela é inseparável das profundas desigualdades estruturais, econômicas e culturais que atravessam o cotidiano dessas pessoas. A lente do trauma é potente para desvendar essas dinâmicas, mas precisa caminhar de mãos dadas com a realidade social para dar conta de toda a complexidade da experiência humana.

Com essa leitura mais empática — que integra a neurobiologia interpessoal, a complexidade e a terapia narrativa —, o papel dos Grupos Reflexivos também se transforma. Mais do que simples espaços educativos ou de instrução, eles revelaram-se verdadeiros dispositivos comunitários de correção emocional e reautoria identitária. Ao oferecerem escuta atenta, segurança e sintonização, os grupos ajudaram a frear a dolorosa repetição dos ciclos de trauma ao longo das gerações. Essa força relacional explica, inclusive, o que chamamos de ‘efeito sanfona’. As oscilações observadas nas práticas educativas entre o sexto e o décimo segundo mês não representaram um fracasso parental, mas um reflexo direto da flutuação na disponibilidade da rede de apoio. Quando os encontros rarearam, a ausência desse ‘andaime’ emocional desestabilizou os cuidadores, provando que a manutenção das transformações familiares exige uma rede de sustentação contínua.

Apesar da força analítica e clínica desses achados, é preciso olhar para o estudo com honestidade metodológica, reconhecendo suas limitações. Trata-se de uma investigação retrospectiva sobre um acervo de dados de 2006 a 2011, época em que o trauma ainda não era a variável central (Santos, 2006, 2011). Portanto, estamos diante de uma releitura hermenêutica, focada em narrativas de uma única comunidade na Zona Sul de São Paulo, o que limita sua generalização. Além disso, as inferências sobre o sistema nervoso basearam-se em relatos e comportamentos, sem o uso de medidores psicofisiológicos diretos. Essas fronteiras, no entanto, desenharam um horizonte promissor para o futuro. Ficam as portas abertas para pesquisas prospectivas e experimentais que testem essas intervenções com grupos de controle, validem instrumentos de trauma complexo para o Brasil e incluam marcadores biológicos, como a variabilidade da frequência cardíaca e hormônios associados ao estresse.

Pensar a educação familiar nas bordas da vulnerabilidade exige, em última análise, sustentar uma posição ética corajosa: aquela que acolhe, simultaneamente, a dor e a responsabilidade, o peso da repetição e a esperança da transformação. Recusar a armadilha dos reducionismos que patologizam essas famílias significa enxergar o sofrimento em sua

totalidade biopsicossocial. É uma aposta firme na força transformadora das conexões seguras, dos vínculos de afeto e dos processos coletivos. Afinal, é por meio desse compromisso ético e científico que conseguimos não apenas compreender, mas verdadeiramente amparar e ressignificar a vida de quem educa em meio às adversidades.

REFERÊNCIAS

- Borges, E. S. (2014). *Prevalência dos critérios diagnósticos do transtorno traumático do desenvolvimento em crianças e adolescentes em diferentes cenários de risco para maus-tratos em um meio urbano* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFRGS. <http://hdl.handle.net/10183/106867>
- Bowen, M. (1978). *Family therapy in clinical practice*. Jason Aronson.
- Ferreira, L., & Santos, J. L. (2025). Violência parental, trauma e o impacto na construção da identidade adulta. *Revista on-line de Política e Gestão Educacional*, 29, e025113. <https://doi.org/10.22633/rpge.v29i00.20814>
- Fraiberg, S., Adelson, E., & Shapiro, V. (1975). Ghosts in the nursery: A psychoanalytic approach to the problems of impaired infant-mother relationships. *Journal of the American Academy of Child Psychiatry*, 14(3), 387–421. [https://doi.org/10.1016/S0002-7138\(09\)61442-4](https://doi.org/10.1016/S0002-7138(09)61442-4)
- Gergen, K. J. (1991). *The saturated self: Dilemmas of identity in contemporary life*. Basic Books.
- Gomide, P. I. C. (2006). *Inventário de estilos parentais (IEP): Modelo teórico – Manual de aplicação, apuração e interpretação*. Vozes.
- Herman, J. L. (1992). *Trauma and recovery: The aftermath of violence—from domestic abuse to political terror*. Basic Books.
- Hunsley, J. L., Shelley, L. T., West, A., Call, C., & Knight, D. K. (2025). Hope Connection® 2.0: The effectiveness of a post-adoption family camp intervention for promoting emotional and behavioral health among adopted children. *Children and Youth Services Review*, 168, 108058. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2024.108058>
- Liu, A. Y., Gubbels, J., & Orobio de Castro, B. (2024). The effectiveness of trauma-informed parenting programs for traumatized parents and their components: A meta-analytic study. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 27, 1113–1143. <https://doi.org/10.1007/s10567-024-00503-5>
- Maté, G., & Maté, D. (2023). *O mito do normal: Trauma, saúde e cura em um mundo doente* (F. Abreu, Trad.). Sextante.
- Morin, E. (2002). *O método 5: A humanidade da humanidade* (J. M. Silva, Trad.). Meridional.
- Perry, B. D., & Szalavitz, M. (2006). *The boy who was raised as a dog: And other stories from a child psychiatrist's notebook*. Basic Books.
- Purvis, K. B., Cross, D. R., Dansereau, D. F., & Parris, S. R. (2013). Trust-based relational intervention (TBRI): A systematic approach to complex developmental trauma. *Child & Youth Services*, 34(4), 360–386. <https://doi.org/10.1080/0145935X.2013.859906>

- Santos, J. L. (2006). *“Transformando” – “nós” em “laços”: Um estudo compreensivo dos valores parentais em famílias de baixa renda* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório Institucional da PUC-SP. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15518>
- Santos, J. L. (2011). *Casa de pais, escola de filhos: Um estudo sobre transformações nos significados, valores e práticas de educar filhos em famílias de baixa renda* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório Institucional da PUC-SP. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15026>
- Schore, A. N. (2003). *Affect dysregulation and disorders of the self*. W. W. Norton.
- Van der Kolk, B. (2014). *The body keeps the score: Brain, mind, and body in the healing of trauma*. Viking.
- Vasconcellos, M. J. E. (2002). *Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência*. Papirus.
- Walsh, F. (2016). *Strengthening family resilience* (3rd ed.). Guilford Press.
- Winnicott, D. W. (1965). *The maturational processes and the facilitating environment: Studies in the theory of emotional development*. Hogarth Press.
- White, M. (2019). Crianças, trauma e o desenvolvimento de um enredo subordinado. In M. White, *Clássicos da terapia narrativa* (C. N. Silva & S. M. G. Anastácio, Trans., pp. 117–125). Dulwich Centre Publications.
- White, M., & Epston, D. (1990). *Narrative means to therapeutic ends*. W. W. Norton.

CRedit Author Statement

- ☐ **Reconhecimentos:** Gostaria de agradecer à Prof.^a Dra. Rosa Maria Sefanini de Macedo (*in memoriam*), que esteve comigo nas orientações e que muito teria se alegrado pelos desdobramentos dos trabalhos a partir da dissertação e da tese que deram origem a este e outros artigos.
 - ☐ **Financiamento:** O CNPQ e FAPESP financiaram bolsa para os estudos que resultaram este artigo.
 - ☐ **Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesse.
 - ☐ **Aprovação ética:** Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (Protocolo nº 281/2009).
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Os dados estão disponíveis no acervo da PUC-SP.
 - ☐ **Contribuições dos autores:** Único autor.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação
Revisão, formatação, normalização e tradução

